OS TRANSTERRADOS ESPANHÓIS E A REPRESENTAÇÃO DA FRANÇA FRATERNA: 1939-1945

Claudio Bertolli Filho

Mas, también de la historia se nutre la esperanza,
como el rosal de otoño con las hojas caídas.

Quién sufre su derrota aún no está derrotado.

(Anônimo, 1976, p.272)

Início este texto lembrando a seqüência de fotos que, datada de fevereiro de 1939, registra a angustiosa travessia dos Pirineus, em direção à França, por centenas de milhares de espanhóis após a tomada da Catalunha pelas tropas do *generalíssimo* Franco. Veiculadas inicialmente pelo jornal *L'Illustration*, as cenas da multidão composta por civis e militares republicanos famélicos, doentes, feridos em combate, em andrajos e, mesmo assim, ainda metralhados pelos aviões nacionalistas, tornaram-se um dos mais famosos símbolos do encerramento da guerra civil que mobilizou a Espanha por três anos. Mais do que isso, a coleção fotográfica também contribuiu para selar a imagem internacional historicamente tramada da França como a pátria da “liberdade, igualdade e fraternidade” e, em consequência, como refúgio seguro para os perseguidos políticos de todos os quadrantes do mundo (Baschet, 1987, p.172-173; Bonomo, 1977, p.171-189).

A constante invocação dessas fotos – realizadas por um repórter anônimo – impôs a elas a condição de documentos, pois ganharam, no decorrer dos anos, o mesmo significado documental que o instantâneo registrado por Robert Capa no momento da morte em combate de um miliciano e que o mural de Picasso inspirado no trágico bombardeio aéreo sobre Guernica. Na bibliografia mais abrangente, as fotos do *L'Illustration* parecem marcar o momento derradeiro do drama dos exércitos

Claudio Bertolli Filho é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e docente da área de Antropologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru.

republicanos, pouco mais sendo falado acerca do destino imposto aos fugitivos. Contextualizando essa questão, a maior parte dos enfoques que tende a destacar o caráter “hispanico” da guerra de 1936-1939 interrompe a análise da trajetória de fuga dos antifranquistas no instante da retirada, praticamente silenciando sobre o destino imposto aos trânsfugas.¹

Superada a tendência historiográfica tematizada pelos aspectos internos da guerra civil espanhola, alguns poucos estudos buscam privilegiar a continuidade da vida dos aproximadamente 500 mil transterrados que permaneceram no território francês. Apesar de variada em qualidade e discordante acerca do número de republicanos comprometidos com as forças em litígio durante a Segunda Guerra Mundial, a bibliografia sobre a experiência espanhola no exílio francês ora aponta para a adesão da comunidade à luta contra o nazi-fascismo, ora para a apatia da maior parte dos emigrados em relação à guerra mundial, inclusive devido ao rancor pela acolhida aviltante imposta aos foragidos. Concomitantemente, a maior parte dos ensaios históricos e mesmo um grande número de peças memorialísticas convergem para a adoção da representação do governo e da população francesa em geral como simpáticos aos exilados, reforçando a imagem socialmente arquitetada da França como benéfico e derradeiro abrigo dos fugitivos espanhóis.

Avalia-se que a busca do refúgio francês pelos opositores de Franco deveu-se, primeiramente, a motivos estratégicos, mas também à força da tradição que tem apresentado a França como berço da fraternidade e da possibilidade de convívio de divergentes posicionamentos político-ideológicos. Essa imagem passou a desfrutar de importância logo após a revolução iniciada em 1789, ganhando significância a partir da produção de alegorias que se multiplicaram no decorrer do tempo (Starobinski, 1989). Além disso, os próprios enfoques abertos pelas ciências humanas, movidos por uma espécie de “expição da culpa colonial”, imbuíram-se de representar a Europa (especialmente os países que desempenharam papéis centrais no neocolonialismo) e os demais povos (inclusive as nações européias periféricas) sob um manto de fraternidade que deixa desconcertado o analista do tempo presente, sobretudo quando se constata o avanço dos partidos de direita no continente e a reticência em permitir que contingentes extra-europeus desloquem-se para as áreas do “Velho Mundo”. Neste contexto, a França continua a ser foco de atenções, experimentando-se um desapontamento singular quando ela, a “Pátria da solidariedade”, assume uma postura que pouco a distingue dos países vizinhos que tendem a localizar na diferença representada pelos imigrantes estrangeiros um perigo que pode

colocar em risco a estabilidade das grandes estruturas de sua sociedade (Gellner, 1997, p.240).

A partir do exposto, as divergências verificadas entre a produção historiográfica mais antiga e aquela produzida nas últimas décadas sobre os republicanos espanhóis na guerra encerrada em 1939 e o tratamento que receberam por parte dos franceses constituem-se em tema deste artigo, afluindo como estratégia para a constatação dos limites concretos da representação histórica da França como refúgio de grupos perseguidos em suas áreas de origem.

A FRANÇA COMO SALVAÇÃO

Desde o princípio do conflito espanhol, a França despontou como o caminho possível para a segurança dos ameaçados pela guerra. Após cada batalha, cada bombardeamento das áreas ocupadas pelos não-combatentes, cada massacre coletivo, engrossava o fluxo de migração para o país vizinho, conferindo novo impulso ao deslocamento de grupos de espanhóis que, desde o século XVIII, apontavam a França como rota para os foragidos políticos e os vitimados pela pobreza absoluta. Além dos fatores tradicionais, a conjuntura do final da década de 1930 acrescentava outros elementos coercitivos; afinal, era a partir da França que chegavam aos republicanos armas, alimentos, remédios e equipamentos médicos oriundos da União Soviética e da solidariedade de outros povos estrangeiros, e também os novos contingentes de brigadistas internacionais. A adesão francesa ao pacto de não-intervenção, se surpreendeu os defensores da República, também foi analisada como uma imposição momentânea da política européia, sendo que a *Front Populaire*, de Léon Blum, era avaliada como um sinal inquestionável do afinamento entre o governo francês e a causa dos republicanos espanhóis.

Apesar da advertência de Dolores Ibárruri (citada em Monreal, 1961, p.54) de que “el camino de la frontera es el camino de esclavitud”, manteve-se contínua a migração espanhola para a nação vizinha, fenômeno que repercutiu nos discursos dos políticos franceses ligados aos partidos direitistas e de uma parcela da população francesa, que, em conjunto, viam com temor a chegada de novos contingentes da “horda vermelha”, não só por questões ideológicas propriamente ditas, mas, sobretudo, porque a presença de novos imigrantes constituía-se em uma ameaça potencial para a obtenção de empregos em um momento em que a França experimentava a longa recessão econômica iniciada com a crise

de 1929. Nessas circunstâncias, desde o início do conflito espanhol, as fronteiras francesas com a Espanha experimentaram a alternância de longos períodos de fechamento com momentos curtos nos quais o trânsito de homens era oficialmente permitido. Entre uma e outra fase, o desespero imperante entre os fugitivos espanhóis os fazia apelar para todas as formas possíveis de ingresso no território francês. Na tentativa de bloquear a invasão, o governo passou a recepcionar apenas os exilados que comprovassem capacidade de se sustentar no solo francês sem necessitar de emprego.

A queda de Barcelona, em 26 de janeiro de 1939, e, nas semanas seguintes, de toda a Catalunha refletiu no aumento da migração que impôs, após um breve período de hesitação, que o governo de Daladier permitisse a entrada de todos os foragidos. Excetuando-se os poucos afortunados, que contavam com recursos próprios, com o apoio de amigos que os acomodassem em suas residências, ou, no caso da liderança comunista, com o patrocínio de Moscou – que em pouco tempo acolheu seus principais simpatizantes –, para a maior parte dos transterrados, a permanência na França definiu-se como um novo período de dificuldades. Frente ao grande número de exilados que insistiam em transferir-se para a França, caiu por terra a disposição das autoridades em acolher apenas os espanhóis que podiam manter-se por conta própria. Do meio milhão de exilados que chegaram à França nos primeiros meses de 1939, cerca de 10% eram intelectuais, profissionais liberais, militares profissionais e altos funcionários do Estado republicano; 30%, trabalhadores qualificados nas atividades industrial e agrícola; enquanto o restante compunha-se de um contingente paupérrimo e destituído de qualificação profissional. No geral, todos mostravam alto grau de miserabilidade, deixando na Espanha praticamente tudo: bens, saúde e muitas esperanças (Rafaneau-Boj, 1993, p.7).

Acolhidos em solo francês como visitantes indesejados, os exilados recebiam, desde a transposição da fronteira, um tratamento que, em regra, mostrava-se ultrajante: despojados de armas, uniformes e de boa parte de seus pertences pessoais, eram submetidos a demorados interrogatórios, sendo maltratados de todos os modos pela guarda francesa. A chegada à França mostrava-se como fato desmoralizador, sendo “la retirada” um claro indício de que tinham sido vencidos pelas forças nacionalistas. Por sua vez, o governo francês negou a condição de “refugiado político” a esse grupo, recebendo os transterrados apenas como simples refugiados, o que limitava em muitos seus direitos sociais e políticos (Témine, 1996, p.44-77).

Em seguida, os exilados que apresentavam melhores condições fi-

sicas eram coagidos a marchar por até 30 quilômetros para alcançar a estação ferroviária mais próxima, a fim de aguardar, muitas vezes por vários dias, a chegada de um trem que os transportaria para os campos de concentração que estavam sendo rapidamente preparados para acomodar os retirantes. Nas estações ou, em algumas situações, em áreas abertas, homens e mulheres, sadios ou enfermos, compartilhavam do descaso governamental francês, contando com poucos alimentos e rota assistência médica, testemunhando a agonia até a morte dos migrantes em piores condições de saúde. Após isso, outros sofrimentos eram reservados aos exilados, que, embarcados, permaneciam por dias reclusos em vagões de trem pouco ventilados até chegar ao ponto de destino. Apesar de acontecimento raro, é necessário frisar que vez ou outra famílias francesas mostravam-se solidárias com os padecimentos impostos aos transferidos, oferecendo, principalmente às mulheres e crianças, alguma comida e abrigo em celeiros ou garagens, tentando, assim, minimizar as agruras impostas durante a espera pelo transporte prometido.²

OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO FRANCESES

O choque causado pela inesperada acolhida fez com que um número significativo de espanhóis decidisse regressar à Espanha antes mesmo do embarque para os campos de concentração, contando com o incentivo das autoridades francesas que, sem delongas burocráticas, mostravam-se ágeis em patrocinar o repatriamento. No torna-viagem, uma parte substancial dos arrependidos era conduzida para o cárcere Modelo de Madri ou para os campos de concentração inaugurados por Franco para prender seus opositores que, na grande maioria, foram enquadrados na Lei de Responsabilidades Políticas, sob a acusação de terem apoiado uma “República ilegítima” (Preston, 1994, p.398).

A distribuição dos exilados nos campos de concentração da França teve como critério básico o grau de periculosidade potencial de cada indivíduo, não se respeitando nem mesmo a unidade familiar. Separados de seus parentes, os exilados foram separados em grupos segundo sexo e, principalmente, perfil ideológico e participação direta ou não nas ações bélicas. No total, foram abertos uma dezena de grandes campos na França para os homens da República Espanhola e, ainda, mais doze, de pequeno porte, para acomodar as mulheres e as crianças que fugiram do domínio franquista. Na sequência, outros quinze campos foram criados nas possessões francesas na África do norte, para onde foi removida uma

parcela dos exilados que ingressaram na França, além de um contingente de aproximadamente 10 mil espanhóis que migraram diretamente para a África (Soriano, 1989, p.222-226).³

Certamente, o mais conhecido de todos os campos foi o de Argelès-sur-Mer, que, localizado nos Pirineus orientais, destinava-se inicialmente ao confinamento de 160 mil guerreiros espanhóis. Na verdade, esse campo era apenas um pedaço de praia que foi cercado com arame farpado para servir como prisão aos antifranquistas. A tentativa de construir abrigos de madeira, em um terreno arenoso, mostrou-se infrutífera, servindo o material para alimentar as fogueiras feitas pelos presos a fim de amenizar os efeitos do frio acompanhado de intensas chuvas e de ventania. A distribuição de parca alimentação – fala-se que cada grupo de cinco espanhóis era obrigado a compartilhar diariamente um pão e uma lata de sardinhas – e a inexistência de latrinas e de abastecimento regular de água potável resultaram em uma mortal combinação, favorecendo a ocorrência de epidemias de tuberculose, febre tifóide, conjuntivite e sarna. À semelhança do que ocorria em outros campos, os exilados preenchiam as horas do dia e da noite com a tarefa de exterminar piolhos, baratas e outros insetos nocivos, que os importunavam e disseminavam múltiplas enfermidades. Tal estado de coisas, se não alarmou de imediato as autoridades sanitárias francesas, que convocaram apenas três médicos para assistir aos exilados de Argelès, assustou sobremaneira a população do distrito onde se localizava o campo, que não só passou a acusar o governo francês de “negligência proposital” na assistência aos foragidos como a exigir a transferência dos internados para outros locais, inclusive sob a alegação de que o grande contingente de presos e de militares que os vigiavam afugentava a presença de turistas, uma das principais fontes de renda regional.

A brutalidade com que os espanhóis continuavam sendo tratados, sendo vigiados por contingentes coloniais do Senegal e também pelos *spahis*, soldados-atiradores marroquinos, que, em conjunto, lembravam aos exilados a sanguinária legião africana que participou da guerra espanhola, tornava o ambiente tenso. Além disso, os conflitos entre as facções políticas que lutaram contra os nacionalistas mostravam-se contínuos, resultando em constantes distúrbios e assassinatos que implicavam em castigos aos envolvidos, geralmente em forma de privação da já parca alimentação diária. Aliado a isso, a depressão psíquica assolava os acantonados, multiplicando o número de tentativas de fuga, os casos de doenças mentais e de suicídios, fenômenos que eram denunciados insistentemente por representantes do Partido Comunista Francês (Rafaneau-Boj, 1993, p.122).

A tentativa de conter a divulgação de informações sobre o cotidiano que pontuava a vida dos detidos em Argelès-sur-Mer, reproduzido nos demais campos de concentração, fez com que as autoridades francesas proibissem a presença da imprensa e de representantes de organizações de apoio aos exilados republicanos em todos os espaços de isolamento. O mesmo não ocorria com representantes do novo governo espanhol que, juntamente com policiais franceses, tinham acesso às áreas de reclusão para fazer propaganda do *Caudilho* como um político que sabia perdoar seus adversários, na tentativa de fazer com que os exilados retornassem ao país de origem. A intensa ação desses grupos foi denunciada inclusive pelo diplomata Claude Bowers (1960, p.420-421), personagem que serviu como embaixador norte-americano na Espanha republicana e que acrescentou aos seus informes para Washington que todos os campos montados pelos franceses apresentavam-se impróprios para serem “habitados por seres humanos”.

A divulgação, pela imprensa, de notícias sobre o aliciamento franquista dos exilados dar-se com a anuência do governo Daladier impôs que as autoridades buscassem novas alternativas para a transferência de parte dos concentrados para outras regiões, inclusive para as áreas coloniais da França. Uma delas consistia no recrutamento de voluntários para integrar a Legião Estrangeira. Sob o compromisso de prestar serviços para a organização por um prazo mínimo de cinco anos, o soldado teria, como prêmio, além de salários, a concessão da nacionalidade francesa para si e seus familiares. Sob o brado de “soldados sim, mercenários nunca”, a maior parte dos espanhóis recusou-se a aceitar a proposta, fugindo à regra, inicialmente apenas 2 mil republicanos deixaram-se incorporar como legionários.

O campo de Argelès-sur-Mer, que abrigava também o contingente das Brigadas Internacionais à espera de repatriamento, foi tema recorrente inclusive na literatura brasileira. Em 1940, Erico Verissimo publicou o romance *Saga*, baseado no depoimento do brigadista Homero Jobim, assim descrevendo as condições de internamento no campo de detenção:

Morreu hoje um homem do nosso grupo. Foi horrível o que a pobre criatura sofreu. Quando seu coração cessou de bater, o amigo que o assistiu até o último minuto, em vez de desatar o choro, rompeu em gritos e triunfante alegria. Era como se estivesse agradecer a Deus a libertação do companheiro. Os outros refugiados se aproximaram do cadáver e baixaram para ele um olhar grave. E em muitas caras julguei vislumbrar uma expressão de inveja. (p.162)⁴

Apesar das condições de vida nos alojamentos tenderem a melhorar, sobretudo graças à intervenção dos políticos filiados ao Partido Comunista Francês, a seqüência de horrores parece ter-se mantido no campo de La Vernet, localizado no distrito de Ariège, onde eram confinados os espanhóis tidos como “mais perigosos”, especialmente os membros do grupo anarquista e aqueles que se mostravam recalcitrantes em obedecer a rotina imposta em outros campos de concentração.

Na outra ponta do novelo, quase todos os partidos políticos franceses mostravam-se renitentes em aceitar a presença dos espanhóis, relacionando as constantes fugas dos detidos com a ocorrência de roubo de armas, incêndios criminosos em plantações e unidades industriais e estupro, imputando tais eventos aos “vermelhos” espanhóis. Mais do que isso, a direita francesa preenchia os debates para declarar que a economia nacional não tinha condições de sustentar os migrantes indesejados, incitando as autoridades a engajar os foragidos considerados “dóceis” em atividades tidas como úteis para o Estado.

Fruto dessa atitude e em coerência com o contexto de pré-beligerância europeu, em maio de 1939, os espanhóis foram convocados para se engajarem “espontaneamente” nas “companhias de trabalhadores estrangeiros”, para a execução de obras públicas, com salários bem inferiores aos pagos aos cidadãos franceses e sob uma disciplina militar que pouco diferia daquela vigente nos campos de concentração. As “companhias” – que em pouco tempo contaram com a participação obrigatória dos exilados espanhóis detidos nos campos de concentração – tiveram como principal objetivo mobilizar um grande contingente de mão-de-obra barata para a realização dos serviços de construção de defesas militares, especialmente o amplo complexo de muralhas, túneis e casamatas que constituíram a linha Maginot.

Dado o elevado número de exilados detidos, o governo permitiu que também os empresários agrícolas compartilhassem do direito de usufruir dessa força de trabalho. Diariamente, os espanhóis dispostos a trabalhar fora dos limites da reclusão recebiam a ordem de perfilarem-se, sendo que, então, os fazendeiros procediam ao exame físico dos candidatos, atividade que faz lembrar o comportamento que caracterizava os senhores escravistas: após alertarem que só os franceses davam ordens nas áreas de trabalho, os agricultores apalpavam os braços dos refugiados para testar o potencial da musculatura e, em seguida, verificavam superficialmente as mãos, os olhos e o estado da dentição dos exilados. No final das averiguações, os patrões contratavam apenas os mais fortes e os que não se mostravam arredios ao exame, prometendo-lhes um salário de meio franco

diário, o que representava até um décimo do pagamento recebido por um trabalhador francês, sob a alegação que lhes estavam concedendo algo bem mais valioso que um pagamento em dinheiro: a liberdade temporária (Rafaneau-Boj, 1993, p.143).

Os que se mostrassem avessos ao trabalho sob tais condições eram candidatos preferenciais para transferência para os campos de concentração abertos na Tunísia, Marrocos e Argélia. Nessas áreas, cerca de 35 mil republicanos foram utilizados em todo tipo de serviço, sendo que equipes de espanhóis foram destacadas para dar prosseguimento aos trabalhos de construção da ferrovia transaariana, sob um regime de serviço forçado exaustivo, levando muitos à morte em um ambiente povoado de animais peçonhentos, pautado pela contenção do consumo de água e de temperaturas que variavam de até 50 graus centígrados durante o dia a 14 graus negativos durante a noite. Nessas condições, era comum a ocorrência de óbitos em série, que se tornavam ainda mais constantes em decorrência da truculência e dos castigos corporais impostos pelos soldados destacados para vigiar os trabalhadores.

OS ESPANHÓIS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cinco meses após o encerramento oficial da guerra civil espanhola, teve início a Segunda Guerra Mundial. No dia 3 de outubro, a França declarou guerra à Alemanha, havendo, nessa conjuntura, uma sensível alteração dos tratamentos impostos aos emigrados espanhóis, que então passaram a ser avaliados como contingente importante para os trabalhos exigidos pelo estado de beligerância. Se, desde o início do exílio, os espanhóis mostravam-se pouco inclinados a responder espontaneamente à convocação para atuar nos serviços públicos, o número de voluntários tendeu a crescer quando envolvidos na luta contra o nazi-fascismo. Um ano após o início da formação das “Companhias de Trabalhadores”, cerca de 100 mil espanhóis já haviam aderido ao esforço de guerra. A mobilização dos franceses permitiu também que os transterrados ocupassem as vagas deixadas em aberto nas indústrias e na agricultura, repercutindo na elevação dos salários e na maior liberdade de movimento dos exilados no território francês, inclusive nas áreas coloniais.

Os primeiros espanhóis que tomaram em armas contra as forças germânicas foram os operários que atuavam na construção da linha Maginot. O avanço das tropas hitlerianas transformou forçosamente os exilados em defensores da República Francesa. Sitiados, os corpos milita-

res franceses bateram em retirada, deixando os operários estrangeiros livres para empunhar armas, algumas vezes em grupos comandados por antigos oficiais do exército republicano.

Na seqüência dos acontecimentos que marcaram os primeiros meses de guerra, a atitude dos franceses em relação aos espanhóis definiu-se pela ambigüidade. Primeiramente, houve uma declarada aversão à presença dos exilados em atividades consideradas como monopólio dos cidadãos franceses e, logo depois, a aceitação irrestrita da importância de sua participação nos esforços de guerra como membros das Companhias de Trabalhadores Estrangeiros, excetuando-se os militares especializados, principalmente os aviadores, que foram imediatamente convocados para o serviço militar ativo. Na coleção de depoimentos publicados por Antonio Soriano (1989, p.88-107), são inúmeros os casos de pilotos republicanos que, em troca de liberdade, salários relativamente elevados e ajuda governamental às suas famílias, passaram a integrar as esquadrilhas de combate da aviação francesa.

O despreparo do exército francês para conter o avanço alemão exigiu o aumento de seus contingentes militares, sendo, então, instituídos os Regimentos de Marcha de Voluntários Estrangeiros, com a participação de aproximadamente 7 mil espanhóis, oriundos especialmente do contingente basco confinado no campo de concentração de Gurs. É necessário ressaltar que, contrariando a maior parte da bibliografia, os espanhóis nunca foram a maioria dos soldados desses regimentos, sendo superados pelos exilados e refugiados de outras nacionalidades, destacando-se, neste ponto, a alta concentração de poloneses nos contingentes internacionais que lutaram pela França (Rubio, 1977, p.392).

O clima de beligerância também acarretou novas dificuldades para os republicanos espanhóis que se encontravam na França, especialmente a partir da segunda quinzena de julho de 1940, quando se deu a assinatura do armistício franco-germânico e a instalação da República de Vichy, sob a chefia do marechal Pétain. A irrestrita adesão de Hitler ao Pacto Anticomintern fez com que, de imediato, os exilados espanhóis buscassem afastar-se da zona ocupada. O número de pedidos de repatriamento aumentou imediatamente após a tomada de Paris pelas tropas nazistas, assim como as autoridades republicanas no exílio impuseram novo ritmo aos trabalhos de busca de novos refúgios para os asilados espanhóis residentes na França. Sob a direção de Juan Negrín, ganhou impulso o *Servicio de Emigración de los Republicanos Españoles* (SERE), enquanto Indalécio Prieto responsabilizou-se pelas atividades da *Junta de Auxílio a los Republicanos Españoles* (JARE), contando, para isto,

com 100 milhões de francos que haviam sido retirados da Espanha durante a evacuação. Apesar das acusações trocadas entre comunistas e socialistas, ambas as entidades somaram esforços, condição que viabilizou a partida de 15 mil espanhóis para outros países, sobretudo para o México, que acolheu prioritariamente os fugitivos classificados como intelectuais ou trabalhadores especializados, deixando na França os republicanos que tinham como principal característica a atuação militar no conflito espanhol (Ortuño, 1987, p.387).⁵

O convívio entre os espanhóis e as tropas germânicas de ocupação foi, de início, pacífico, exceto para os republicanos considerados ideologicamente perigosos para os princípios nazistas, sendo que as lideranças comunista e anarquista que não conseguiram evadir-se do território francês foram isoladas nas prisões francesas ou remetidas para os campos de extermínio da Alemanha, inclusive para Mauthausen e Dachau (Alfaya, 1976, p.97).⁶ Além disso, a aproximação entre Franco e a Alemanha permitiu que parte dos republicanos considerados perigosos fossem detidos e repatriados para a Espanha, onde muitos passaram o resto de suas vidas na prisão ou foram imediatamente executados a mando do *Caudilho* (Madariaga, 1943, p.425).

Os “exilados de tropa” que permaneceram na República de Vichy e na zona de ocupação alemã foram compulsoriamente convocados para atuar nas atividades civis, inclusive os que até então estavam atuando como soldados dos Regimentos de Marcha, que foram desmobilizados logo após a queda de Paris (mais tarde esses grupos foram reativados e os espanhóis receberam a incumbência de guarnecer a Síria, então protetorado de Vichy). Para Javier Rubio, a melhoria das condições de vida dos republicanos sob a égide do Eixo resultou em uma “íntima satisfação” pela derrota francesa, sentimento que se tornava mais forte em consequência da recepção desairosa que fora imposta aos exilados políticos desde que transpuseram a fronteira e do reconhecimento francês da legitimidade do governo franquista. Mais do que isso, outro indício assinalado sobre o apoio prestado pelos republicanos a Hitler consiste no atendimento, por cerca de 40 mil espanhóis – tanto exilados na França quanto retirantes incitados pela miséria e pela perseguição política que reinava na Espanha no pós-guerra civil –, ao recrutamento feito pela Organização Todt para que fossem trabalhar nas fábricas germânicas em substituição aos alemães mobilizados nas frentes de batalha, recebendo, em troca, alojamento e salários que não podiam concorrer com os que eram pagos tanto na Península Ibérica quanto na própria França (Rubio, 1977, p.397).

Acredita-se que essa observação merece ressalvas, tanto pelo fato de

que, desde o princípio do conflito europeu, milhares de espanhóis abandonaram a França para se incorporar às Forças Aliadas quanto pela significativa participação dos republicanos nas atividades clandestinas de guerrilha e sabotagem contra os alemães e seus simpatizantes franceses. A adesão dos exilados ao movimento antinazista tornou-se mais intensa a partir de 1941, quando, em consequência do assassinato de oficiais da Gestapo por resistentes espanhóis, em Bordeaux, aumentou a repressão aos asilados republicanos. Outro fator assinalado consiste na invasão da Rússia pelo exército germânico, fato que incitou o Partido Comunista Francês a participar intensamente da Resistência, convocando os comunistas espanhóis para auxiliarem no solapamento das ações nazistas na França.⁷

Se, para alguns, o acomodamento às determinações impostas pelos invasores e pelos colaboracionistas despontava como caminho viável, para a maioria, a luta tornava-se uma questão de princípios.

OS ESPANHÓIS NOVAMENTE EM ARMAS

Além dos republicanos exilados que por um breve período lutaram em defesa da França, agregados aos Regimentos de Marcha, outro contingente utilizado contra o Eixo foi uma das unidades integrante da Legião Estrangeira, que incluía aproximadamente quinhentos espanhóis, a maior parte deles militantes anarquistas. Juntamente com tropas inglesas e irlandesas, a Legião teve como primeira missão a tomada do porto norueguês de Narvik, que, ocupado pelos nazistas, era rota estratégica para o suprimento de matéria-prima para artefatos bélicos. Vitoriosas as Forças Aliadas, o general Béthouard, chefe da expedição, definiu a marca que iria acompanhar os soldados espanhóis até o fim do conflito: “turbulentos, difíceis de se comandar, porém de magnífico valor” (Rubio, 1977, p.417).⁸

O sucesso aliado, porém, pouco valeu. Três dias após a tomada de Narvik, as tropas de ocupação receberam ordem de retirada, na tentativa frustrada de apoiar o exército francês que lutava contra a invasão alemã do território metropolitano. Deslocadas para a Inglaterra, as tropas da Legião Estrangeira rumaram em agosto para a África ocidental, onde fracassaram na tentativa de tomar a cidade de Dakar, intervindo posteriormente em Camarões e no Gabão. Em novembro de 1942, quando as tropas americanas comandadas pelo general Patton invadiram Casablanca, sede do território africano administrado pela República de Vichy, um fato estranho e pouco conhecido ganhou espaço: uma unidade de legionários, que agrupava 4 mil espanhóis, recebeu ordem de resistir aos Aliados. Se alguns re-

publicanos preferiram desertar e se unir aos exércitos britânicos acantonados na Argélia, a maior parte mostrou-se obediente à missão recebida, lutando contra os norte-americanos, sem, contudo, obter sucesso.⁹

Mais significativa do que as ações das tropas regulares foi a atuação de aproximadamente 10 mil espanhóis que ingressaram na organização de resistência denominada *Franc-Tireurs Partisans* (FTP) – dominada pelo Partido Comunista Francês. Apesar das dificuldades em avaliar os contingentes que agiam na clandestinidade, acredita-se que os exilados espanhóis representavam um terço do contingente da FTP e, nesta condição, não só foram responsáveis por uma seqüência de atos de sabotagem realizados contra usinas e ferrovias como também pelo assassinato de autoridades do Reich e de colaboracionistas franceses. Mais importante que isso, os maquis espanhóis montaram uma importante rede de evasão, liderada pelo aragonês Francisco Ponzán, que conseguiu remeter para a Espanha cerca de 1.500 perseguidos pela Gestapo, especialmente os de origem judaica (Tuñón de Lara, 1976, p.39-40).¹⁰ Nessas atividades, o contingente de espanhóis resistentes sofreu baixas consideráveis, representando um número desconhecido de mortes mas que, de qualquer forma, é calculado como uma cifra bem maior do que a infligida ao grupo de espanhóis que participou dos exércitos regulares. Os riscos de participação na Resistência foram avaliados sobretudo em relação à aceitação do julgo nazista por uma parcela substancial da população francesa, fato que a historiografia ainda tende a atenuar.¹¹

No entanto, os comunistas espanhóis vinculados à Resistência francesa utilizaram-se do momento de guerra para tornar ainda mais acirrado o conflito entre os grupos políticos que cingiam a comunidade de exilados. Organizado paralelamente à *Unión Nacional Española* (UNE), ligada ao Partido Comunista Espanhol no exílio, constituiu-se um grupo de guerrilheiros autônomos que, além de dar continuidade à luta clandestina contra os alemães, também agiu contra outros grupos de exilados não afinados com o programa comunista, responsabilizando-se pela execução sumária de um número significativo de espanhóis de outras matizes ideológicas, sobretudo os anarquistas (Rafaneau-Boj, 1993, p.295 e seg.).

A CONTINUIDADE DA LUTA

A invasão da Normandia, iniciada em 6 de junho de 1944, teve como desdobramento uma intensa atividade de guerrilha urbana, realizada pelos experientes espanhóis participantes da Resistência. Na tarde de 24 de

agosto, a 9ª Companhia de Marcha do Tchad, integrante da Divisão Leclerc, tomou a prefeitura de Paris, destacando-se, nessa missão, os exilados espanhóis que partiram da África do norte como força de apoio ao contingente Aliado que participou do Dia D. Os tanques de guerra que primeiramente chegaram à capital dos franceses tinham nomes significativos inscritos nas carrocerias, anunciando a trajetória de combate de seus ocupantes em uma outra guerra: “Guadalajara”, “Teruel”, “Ebro”, “Belchite” e “Madrid”. Imediatamente, os espanhóis resistentes tornaram-se heróis nacionais da França, sendo celebrados pela população parisiense como “libertadores”, transformando-se em referências obrigatórias em muitas das canções populares que celebraram a liberação francesa do mando nazista.

Para os exilados, a participação na Segunda Guerra Mundial revelou-se como mais uma etapa de luta contra o nazi-fascismo que, após nove anos de combates ininterruptos, ainda não havia chegado ao fim. Para alguns, a próxima etapa era regressar à Espanha para dar prosseguimento à luta contra Franco. No decorrer das operações bélicas na França, os guerrilheiros republicanos acumularam armas e experiências e teceram planos para novas incursões além-Pirineus com o apoio, ou pelo menos com a anuência, das autoridades francesas. Em dezembro de 1945, porém, De Gaulle exigiu que os guerrilheiros espanhóis entregassem todo o seu arsenal. Sentindo-se uma vez mais traídos e aviltados em seus ideais, os republicanos tentaram por anos a fio dar continuidade à guerra interrompida em 1939. Se muitos acabaram desistindo da empreitada, outros tentaram levá-la avante, morrendo em combate ou sendo executados a mando de Franco. Com relação a estes, a França, novamente livre, apenas protestou anemicamente junto ao governo nacionalista, concedendo acanhadas homenagens através de condecorações póstumas às novas vítimas fatais do franquismo.

Em conclusão, a vivência dos espanhóis exilados na França foi pausada por variações ditadas pelas necessidades imediatas. Primeiramente, os fugitivos foram tratados como hóspedes indesejados, cujo destino imposto foi o da reclusão em condições que, via de regra, mostravam-se ultrajantes. Após um curto período de ociosidade forçada, os exilados foram empregados como força de trabalho barata, primeiramente pelos franceses e, em seguida, pelos alemães. O cotidiano imposto pelos nazistas e colaboracionistas instigou um grande número de espanhóis a tomar em armas, constituindo-se, quer nos exércitos regulares, quer nas atividades clandestinas, em contingente que em muito contribuiu para a liberação da França. Na seqüência, muitos dos exilados sentiram-se aban-

idos após tantos anos de luta contínua. Esquecidos pelos que pouco antes contaram com sua contribuição para recuperar a liberdade, sua trajetória na França durante a Segunda Guerra Mundial não pode ser esquecida pela história, colocando em questão o que foi dito por Albert Camus (citado em Colombo, 1999, p.17) quando sentenciou que “foi na Espanha que os homens aprenderam que uma pessoa pode estar certa e ainda assim ser vencida, que a força pode derrotar o espírito”.

Para além da experiência vivida pelos republicanos espanhóis, a euforia do pós-guerra e os arranjos convencionados pela Guerra Fria fizeram esquecer temporariamente o tratamento que os franceses dispensaram aos fugitivos do franquismo, contribuindo para a continuidade da representação da França como nação solidária a todos os perseguidos políticos. Bem mais que as múltiplas referências bibliográficas recentes em contrário, o autor toma a liberdade para assinalar a situação que testemunhou durante sua exposição em um encontro acadêmico nutrido pela comemoração dos 60 anos de encerramento da guerra civil espanhola e que deu origem a este artigo. Apresentadas as idéias, como era de se esperar, o teor da fala gerou constrangimento em alguns e indignação em outros, frutificando em acalorado debate. No decorrer das discussões, um velho senhor espanhol presente na platéia pediu a palavra e, com voz embargada, foi um dos poucos defensores do que havia sido comunicado pelo expositor, afirmando que a situação dos transterrados na França foi até pior do que havia sido descrita, acrescentando novos dados sobre as dificuldades impostas aos espanhóis em solo francês. E, para encerrar sua intervenção, acrescentou: “Posso dizer tudo isso porque eu combati em defesa da República Espanhola, eu fui internado no campo de Argelès-sur-Mer, eu participei da Resistência francesa. Os fantasmas de todas essas coisas ainda estão em mim”.

NOTAS

1. Cita-se, como exemplo, obras importantes sobre a Guerra Civil Espanhola, dentre elas: Bolloten, Burnett. *La Revolution Espagnole*. Paris: Ruedo Ibérico, 1977; Broué, P. e Témime, E. *La Revolución y la Guerra de España*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1979, 2v.; Jackson, Gabriel. *La República Española y la Guerra Civil*. Barcelona: Crítica, 1982; Matthews, Herbert L. *Metade da Espanha morreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; e Thomas, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, 2v.
2. Ver, por exemplo, o depoimento da costureira Rosa Lavinã, registrado em:

- Soriano, Antonio. *Éxodos: história oral del exilio republicano en Francia, 1939-1945*. Barcelona: Crítica, 1989, p.174.
3. Ressalta-se que, durante anos a fio, a existência de campos de concentração na França foi relegada pela historiografia, despontando timidamente a partir da década de 1960, através dos depoimentos realizados por exilados espanhóis, como aponta Émile Témine em *La Guerre D'Espagne* (Bruxelles: Complexe, 1996, p.175).
 4. Outras informações sobre a experiência dos brigadistas brasileiros nos campos de concentração da França encontram-se em: Rodrigues, Pedro. Brasileiros na Espanha. *Temas de Ciências Humanas*, n.9, p.125-158.
 5. A seleção da elite intelectual como grupo privilegiado de evacuação do território francês pode ser verificada em: Ortuño, Manuel. *El exilio español en México: 1939-1982*. México, D.F.: Salvat/Fondo de Cultura Económica, 1983.
 6. Segundo Javier Rubio, dos 8.189 espanhóis internados nos campos de concentração da Alemanha, 5.015 foram assassinados.
 7. Apesar de não ser tema deste artigo, é necessário ressaltar que, na frente soviética, os espanhóis participaram com contingentes incorporados em ambas as forças em conflito; Franco enviou a Divisão Azul para apoiar os alemães, enquanto os exilados republicanos na União Soviética participaram da defesa das posições russas. Sobre esse assunto, ver: Meihy, José Carlos Bom e Bertolli Filho, Claudio. Espanha, pigmaleão da Segunda Guerra Mundial? In: Coggiola, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995, p.155-171; e Meroño, Francisco. *Aviadores españoles en la Gran Guerra Patria*. Moscú: Progreso, 1986.
 8. Vale acrescentar que a batalha pela tomada de Narvik prolongou-se por todo o mês de maio de 1940, contando com cerca de 20 mil aliados contra um contingente de alemães que, dependendo da fonte, registra ora 4 mil, ora 40 mil nazistas. Sobre a atuação dos espanhóis e a discordância do número de soldados envolvidos, ver: Rubio, J. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Codex, v.1, 1966, p.69-72.
 9. Rubio (1977, p.431-432) registra uma tênue resistência dos legionários espanhóis, informação que contradiz a descrição da ocorrência de uma forte reação das tropas submissas ao governo Vichy apresentada em: Rubio, J. *A Segunda Guerra Mundial*. v.4, 1966, p.230-234.
 10. Note-se que, apesar das menções em contrário, Francisco Franco mostrou-se cordial com os foragidos judeus, providenciando sua permanência na Espanha ou a transferência para outros países. Sobre o assunto, ver: Bennasar, Bartolomé. *Franco*. Paris: Perrin, 1995, p.158-165.
 11. A significativa colaboração prestada pelos franceses às forças alemãs é mencionada em: Bendjebbar, André. *Libérations Rêvées, Libérations Vécues: 1940-1945*. Paris: Hachette, 1994 (especialmente p.34-35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFAYA, Javier. Españoles en los campos de concentracion nazis. In: ABELLÁN, José Luis (org.). *El exilio español de 1939*. Madrid: Taurus, 1976, v.2.
- ANÓNIMO. Años fuera del tiempo In: PUCCINI, Dario (org.). *Le Romancero de la Résistance Espagnole*. Paris: François Maspero, 1976.
- BASCHET, Eric. *La Guerre D'Espagne*. Paris: Le Livre de Paris/L'Illustration, 1987.
- BONOMO, Pier Domenico (coord.). *Fotografía e información de guerra: España 1936-1939*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.
- BOWERS, Claude. *Mision en España*. 3.ed., México, D.F.: Grijalbo, 1960.
- COLOMBO, Sylvia. Morte de Alberti cala uma geração. *Folha de São Paulo*, 29/10/1999.
- GELLNER, Ernest. *Antropologia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MADARIAGA, Salvador de. *Spain*. New York: Creative Age Press, 1943.
- MONREAL, Manuel. *Bayo, España y la libertad*. Habana, s.c.p., 1961.
- ORTUÑO, Manuel. Fin de la guerra y largo exilio. In: JULIÁ, Santos (org.). *Socialismo y Guerra Civil*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1987.
- PRESTON, Paul. *Franco, Caudillo de España*. Barcelona: Grijalbo, 1994.
- RAFANEAU-BOJ, Marie-Claude. *Odyssée pour la Liberté: Les Camps de Prisonniers Espagnols 1939-1945*. Paris: Denöel, 1993.
- RUBIO, Javier. *La emigración de la Guerra Civil de 1936-1939*. Madrid: Sant Martin, 1977, v.2.
- SORIANO, Antonio. *Éxodos: história oral del exilio republicano en Francia, 1939-1945*. Barcelona: Crítica, 1989, p.174.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TÉMINE, Émile et DREYFUS-ARMAND, Geneviève. Adieus a L'Espagne. *L'Histoire*, n.200, Juin 1996.
- TUÑON DE LARA, Manuel. Los españoles en la II Guerra Mundial y su participacion en la resistencia francesa. In: ABELLÁN, José Luis (org.). *El exilio español de 1939*. Madrid: Taurus, 1976, v.2.
- VERISSIMO, Erico. *Saga*. Porto Alegre: Globo, 1940.